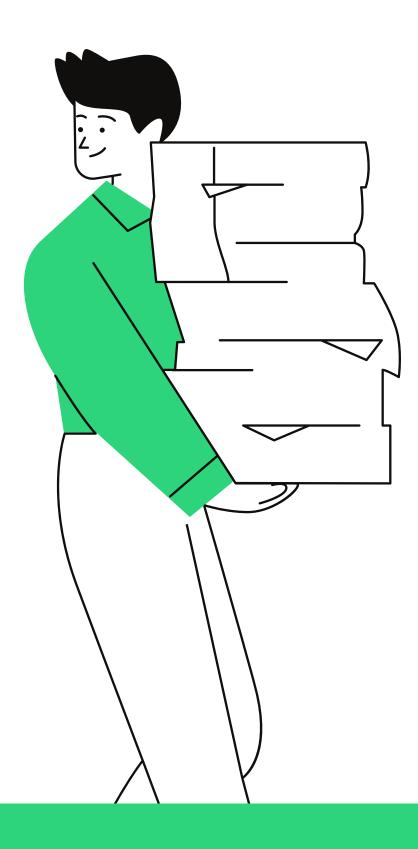
Concepções sobre o Trabalho

Vamos refletir sobre a construção histórica e as transformações do conceito de trabalho

Prof^a Karen Batista

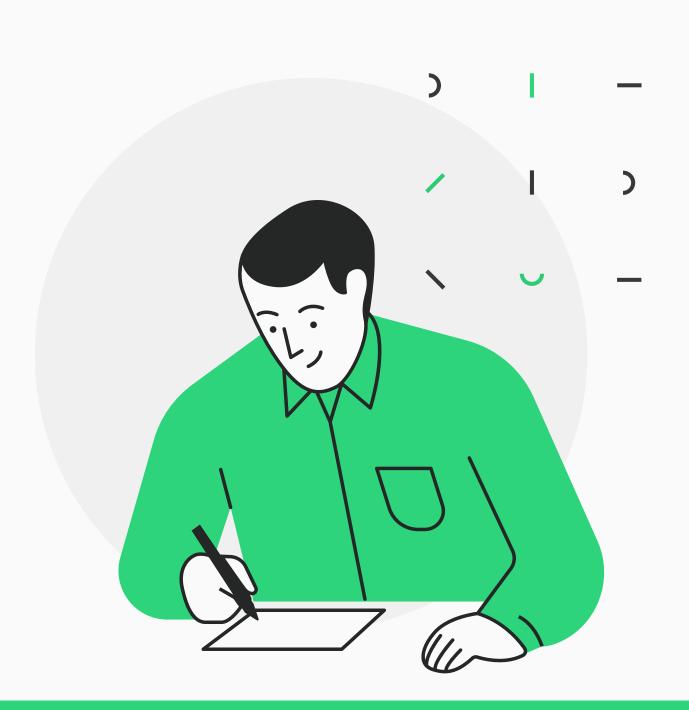


Construção histórica do conceito de trabalho

Tripalium, trabicula, termos latinos associados à tortura, estão na origem da palavra "trabalho".

Mas trabalho deve ser necessariamente associado a sofrimento?

Ou podemos pensá-lo como sendo aquela atividade essencialmente humana em sua relação com a natureza?



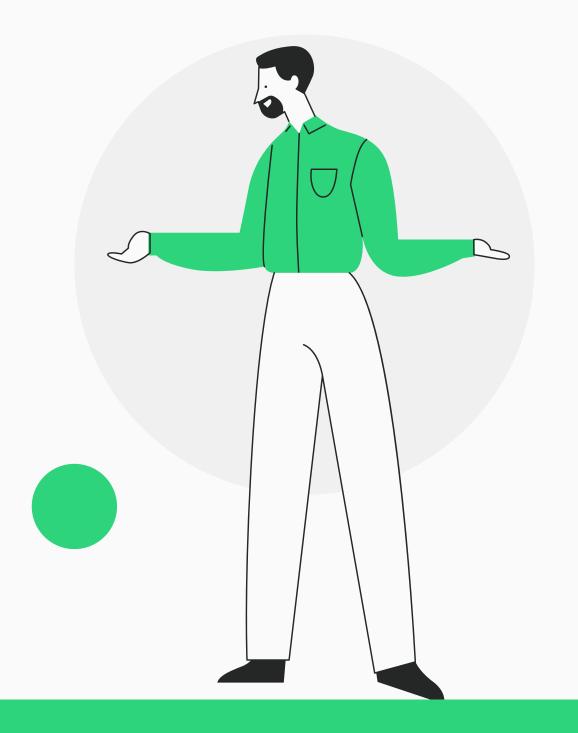
"Primeiro o trabalho, depois o prazer".

Essa frase, ao mesmo tempo que exalta a importância do trabalho, tomando-o como uma prioridade de vida, supõe-no oposto ao prazer, como se este existisse apenas fora do âmbito laboral.

Trabalho X Emprego

Trabalho

O trabalho é uma atividade humana geral que pode ser remunerada ou não.



Emprego

O emprego é uma forma específica de trabalho, que pressupõe a remuneração, regulado por um acordo contratual.

Podemos falar de trabalho humano desde os primórdios da humanidade.

Exemplos:

- as comunidades de caçadores e coletores 8.000 anos a.C.;
- a agricultura no Oriente Médio, na China, na Índia e no norte da África;
- o trabalho escravo nas civilizações antigas e a relação servil na Idade Média.

As ideias sobre o trabalho na Antiguidade são associadas ao pensamento grecoateniense e às práticas escravistas no Império Romano.

O pensamento de Platão e de Aristóteles sobre o trabalho: tais filósofos clássicos exaltavam a ociosidade.

O cidadão, para Platão, deveria ser poupado do trabalho.

Aristóteles valorizava a atividade política e referia-se ao trabalho como atividade inferior que impedia as pessoas de terem virtude.

A filosofia clássica caracterizava o trabalho como degradante, inferior e desgastante.

O trabalho, competia aos escravos.

Era realizado sob um poder baseado na força e na coerção, de modo que o senhor dos escravos detinha o direito sobre a vida destes últimos.

Essa organização de valores era possível em razão da extrema concentração de riquezas, da submissão dos povos dos territórios conquistados e da legitimação da escravidão.

A concepção do trabalho partia de um conceito mais restrito, reduzindo-o as atividades braçais e/ou manuais executadas pelos escravos.

A política, atividade superior e dos cidadãos, não era considerada trabalho.

Aristóteles entendia a escravidão como um fenômeno natural, pois acreditava que havia pessoas destinadas a fazer uso exclusivo da forca corporal e que deveriam satisfazer suas necessidades no âmbito restrito das atividades manuais.

No Império Romano, as guerras e conquistas, o antagonismo de classe e as crises econômicas que empobreciam ainda mais as camadas populares garantiam a abundância de mão de obra escrava.

Grécia e Roma compartilhavam formas semelhantes de conceber o trabalho, sustentadas pela escravidão e pela estruturação da sociedade (baseada no escravismo).

Essa ideia sobre o trabalho teria se espalhado por todos os países latinos que se formavam e perdurado até o início do século XV.

Na sociedade feudal (século V ao XV) há também uma rígida hierarquia estabelecida na relação com o trabalho:

- senhores feudais (responsáveis pela organização econômica e política dos feudos);
- servos e trabalhadores (garantem a subsistência do feudo trabalhando e sendo fiel ao seu senhor);
- e a Igreja, na figura do clero, responsável pela preservação dos valores morais e do espírito.

Embora não houvesse valorização do trabalho como forma de obtenção de riqueza, com o crescimento das religiões cristãs é possível identificar valores positivos no conceito de trabalho.

O trabalho passa a ser percebido como um esforço físico ou intelectual direcionado para algum fim, guardando a herança bíblica da punição pelos pecados.

Entretanto é condenada a atividade que tem por objetivo principal o lucro.

É com o surgimento do capitalismo que se constrói e se consolida uma mudança mais visível na reflexão sobre o trabalho.

Quem detém os meios de produção é o capitalista. O indivíduo desprovido desses meios não tem como reproduzir sua existência.

Essa situação, que põe de um lado o dono do capital e, de outro, os detentores da força de trabalho, não é um fato natural, mas resultado de um processo histórico.

É essa condição (desprovida dos meios de produção) do trabalhador que proporciona a venda da força de trabalho como uma mercadoria – a única que o trabalhador detém.

Ser mercadoria significa representar um valor de uso (quando sua utilidade é acessível ao ser humano) e um valor de troca.

O capitalista prolonga o uso da força de trabalho em seu benefício, obtendo o lucro da diferença do que pagou e a quantidade de trabalho recebida do trabalhador = mais-valia.

Ao capitalista interessa ampliar a mais-valia. De início, assim o faz por meio do prolongamento da jornada de trabalho. É a chamada exploração extensiva.

Esse prolongamento, porém, é limitado concretamente pelo tempo que um indivíduo pode trabalhar e pelas reações sociais.

Por isso, o capitalista busca modos de aumentar a produção de mercadorias, exigindo menor quantidade de trabalho. É a mais-valia relativa.

E o que o capitalista fazia, então, para produzir a mais-valia relativa?

Os meios de aumentar a produtividade foram preocupações nas obras de Adam Smith no fim do século XVII.

Adam Smith descreveu a fabricação de alfinetes dividida em 18 operações, apontando as vantagens desse parcelamento para a produtividade e, por consequência, para a sociedade.

Postulou o aumento de produtividade por meio da especialização do trabalhador em uma única tarefa.

No contexto da fábrica, foram introduzidas novidades no planejamento, na organização e na execução do próprio trabalho, como a necessidade de padronizar a qualidade dos produtos e dos procedimentos, bem como de adotar uma disciplina.

Essas novidades justificaram e promoveram o surgimento das funções de direção e supervisão (gerência), para fiscalizar e controlar o trabalho.

A adaptação do trabalhador a tal realidade não ocorreu de forma simples, sendo um desafio submetê-lo a tais condições.

A situação era contraditória: almejava-se mais produtividade mas, pelo modo de produção adotado, provocar um esvaziamento do conteúdo do trabalho, bem como, o desgosto com as tarefas por parte do trabalhador, de quem se exigia mais produtividade.

Weber (1967) mostrou que o protestantismo ofereceu um referencial útil para resolver as contradições do modelo perante as exigências apresentadas ao trabalhador, recorrendo a formulações ideológicas.

Em sua obra seminal A ética protestante e o espírito do capitalismo, Weber descreve o papel da reforma protestante na formulação ideológica.

O luteranismo criou a noção de vocação, que consistia em um chamado de Deus para a realização de um trabalho secular ou uma missão.

Valorizava, assim, o cumprimento do dever, e este era o único caminho para satisfazer a Deus e/ou para conseguir a salvação. A profissão era concebida como um dom divino.

Assim, para o autor, "[...] o efeito da Reforma, como tal, em contraste com a concepção católica, foi aumentar a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho secular e profissional [...]" (Weber, 1967, p. 55).

Quanto mais duro se trabalha, mais se prova ser merecedor da graça divina. O sucesso (riqueza) é o resultado desse trabalho duro.

Foi esse processo de elaboração ideológica do que seja o trabalho e de justificação do esforço e da submissão, incluindo sua exaltação, que Anthony (1977) designou de "glorificação do trabalho".

O trabalho foi concebido como uma categoria central que os indivíduos devem tomar como prioridade em suas vidas, porque deverá prover a abundância geral e o sucesso individual.

ea

Já no século XX, o trabalho assume a forma de contrato, caracterizado pela relação de emprego. O emprego é uma forma regulada de relação de trabalho, na qual está presente um conjunto de regras e proteções que marca a atuação do estado de Bem-estar Social.

Nos países capitalistas avançados se estabelece o pacto social sustentado na promessa do pleno emprego e na segurança baseada nas relações de trabalho.

O sucesso da atividade econômica no modelo do Estado de Bem-estar é dependente da intervenção estatal na economia.

A incapacidade do Estado de atender à crescente dependência de sua participação na viabilização da produção em um contexto de crise é um dos vetores determinantes do definhamento do modelo.

À medida que se esgotava o modelo do Estado de Bem-estar, as organizações também se transformavam:

a adoção de novas tecnologias na produção (informática e automação), a revolução nos meios de comunicação e o surgimento de novos estilos de gestão estão entre as mudanças de maior impacto.

Atualmente, com as transformações que afetam o trabalho, emergem visões distintas sobre o trabalho:

- a globalização da economia com a crescente importância do capital financeiro,
- a difusão das tecnologias de informação e comunicação,
- a nova divisão internacional de trabalho,
- a preponderância da política econômica com traços neoliberais,
- a reestruturação das empresas na lógica da racionalização flexível,
- o desequilíbrio de forças no mercado de trabalho e das respectivas relações.

Os novos arranjos produtivos necessitam cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de atividades fragmentadas (terceirizadas, em tempo parcial, em domicílio).

Apesar disso, é certo dizer que a descrição do trabalho como monótono, embrutecido, repetitivo, manual, pesado, deixou de dar conta da realidade após essas transformações.

Valores como criatividade, autonomia, independência, iniciativa, reconhecimento, saúde, desafio, entre outros, deixaram de ser alvos distantes para serem requisitos concretos do trabalho.

Entretanto, o outro lado da moeda dessas transformações na organização e gestão do trabalho foi a ampliação da exploração (aumento da mais-valia), na medida em que renovou as formas de aumento da produtividade.

Em decorrência das expectativas das organizações pelo aumento da produtividade, cresce a pressão que elas exercem sobre o trabalhador, sofisticando a cobrança de produção.

As transformações na esfera do trabalho vêm alterando significativamente as condições de inserção dos trabalhadores no mercado, o que se manifesta de diversas maneiras:

- no crescimento do desemprego e na ampliação de formas ocupacionais à margem da proteção social prevista pela legislação,
- na maior instabilidade na ocupação, na intensificação do trabalho,
- na ausência de garantias ou benefícios sociais e condições inferiores quanto à segurança e condições ambientais,

situações que dão consistência a abordagens que caracterizam esses fenômenos como sendo manifestações de precarização do trabalho.

Nem o trabalho, nem a exploração estão se extinguindo, mas se transformando.

SOU OPERARIO ETRABALH NUMA FABRICA DE ASPIRADORES. UM ASPIRADOR PODERIA SER MUITO UTIL PRA MINHA MULHER. POR 1550, TODOS OS DIAS, LEVO UMA PEGA ESCONDIDO PRA CASA. ALI, TENTO MONTAR UM ASPIRA-DOR, MAS NÃO IMPORTA COMO COLOQUE AS PECAS, O RE-SULTADO E SEMPRE UMA METRALHADORA.